

vai exigir mais delas. O tempo atual exige formas diferentes de educar. Nós temos que estar abertos a essas mudanças, senão seremos engolidos. Esse é o grande desafio das universidades federais.

**IE: Qual o tratamento dispensado pelo FHC às universidades federais?**

R- Como professor universitário eu esperava do Presidente Fernando Henrique um tratamento diferenciado com relação à universidade. Sabemos da importância e do papel do conhecimento. Sabemos da história do Fernando Henrique Cardoso. Achávamos que ele faria mais pela universidade. Talvez o que tenha acontecido tenha sido uma escolha de prioridade. O ministro da educação deixou claro que começaria a re-forma a partir do ensino básico. Na verdade, a universidade ficou presa ao tratamento que foi dado ao setor público como um todo, dentro da reforma mais terrorista que foi feita contra o servidor. Agora, não precisamos ter uma postura consistentemente ante o servidor, pelo contrário. Acho que você só presta um serviço de qualidade se você tiver o agente prestador de serviço motivado, empolgado e comprometido. Esse foi o grande erro do governo de FHC- o tratamento dado ao servidor como um todo. Verifica-se a ausência de uma política de valorização do servidor efetivo. E a universidade toda entrou dentro dessa vala comum. A reforma da educação brasileira começou pela educação de base. Nós gostaríamos que com o tempo ela continuasse e pudesse chegar até a universidade. A universidade tem que servir mais - em termos de pesquisa, extensão e de ensino. Proporcionar escolaridade para um número cada vez maior de pessoas. E ao mesmo tempo, valorizar e confiar mais nas pessoas que fazem a universidade. O ensino básico foi bastante ampliado na segunda metade da década de noventa, por conta do aumento da rede pública. Na cidade de Teresina, por exemplo, toda criança de 7 a 14 anos está na escola. O desafio agora é qualitativo. É a redução das taxas de evasão, redução de taxas de repetência e aumento da qualidade na educação. Enfim, é mostrar para a sociedade que está se fazendo educação, e educação com qualidade ●

## Notas sobre os ciclos econômicos da agropecuária piauiense

William Jorge Bandeira\*

*Ao longo de toda a História do Piauí a agropecuária sempre se apresentou como a base da economia estadual. Desde o século XVII, o setor rural piauiense passou por quatro fases (ciclos econômicos) bem distintas de sua evolução.*

*Na primeira fase que vai do século XVII ao final do século XIX, reinou quase soberana a atividade pecuária, embora o algodão tenha tido alguma importância em um determinado momento, conformando novas relações de produção no campo e geradora de divisas para os cofres públicos.*

*A pecuária passou por dois momentos distintos. O primeiro, quando as fazendas piauienses participaram ativamente do comércio de carne no Nordeste e em Minas Gerais e, num segundo momento, quando perde esses mercados e se transforma em atividade de caráter de subsistência. A pecuária foi importante na formação do povo e da estrutura agrária prevalecente até hoje. Estrutura altamente concentrada em termos de propriedade das terras, mas pouco contribuiu para a formação de uma economia mais moderna e diversificada, dado que a mesma era desenvolvida com baixos níveis tecnológicos e relações de trabalho não-monetizadas.*

*O extrativismo dominou a cena econômica durante a primeira metade do século XX. Durante o período de 1900 a 1950, o extrativismo representou a participação do Piauí no mercado externo através da exportação de borracha de maniçoba, cera de carnaúba e amêndoa de babaçu. Cada qual sendo importante em sub-períodos diferentes determinando mudanças de grande vulto nas relações econômicas estaduais, sobretudo na conformação de uma estrutura comercial mais densa e avanços significativos no contexto urbano (formação das cidades) e no setor público.*

*No entanto, o extrativismo, a exemplo da pecuária, não propiciou*

*grandes avanços na modernização e na diversificação da economia, pois não foi capaz de gerar acumulação de capitais financeiros suficientes para aplicar em outras atividades, não propiciou desenvolvimento tecnológico, dadas as condições precárias de produção e relações de trabalho bastante espoliativas (com baixo grau de monetização). Com isso, não foi capaz de gerar demanda para outros setores. Mas, o extrativismo ajudou a consolidar uma estrutura agrária concentrada, praticamente completando os efeitos da pecuária, pois se desenvolveu em regiões de pouca intensidade da presença da pecuária e, como esta última, exigia grandes áreas territoriais para viabilizar uma unidade produtiva rentável.*

*“Essas relações formaram o chamado latifúndio, que para nós é definido como uma unidade produtiva de baixa produtividade...”*

*Com a crise de mercados para os produtos do extrativismo no final dos anos 50, o setor rural piauiense inaugura um novo ciclo econômico. Com ele, a economia estadual se integra mais com a economia nacional, em que as relações econômicas predominantes se dão com maior intensidade com o sudeste do país. Este ciclo se estende de 1950 a meados dos anos 70.*

*Sua maior característica estrutural se refere ao desenvolvimento do sistema latifúndio-unidades de subsistência. Os grandes proprietários de terras, por falta de outras opções, em virtude*

de condições desfavoráveis de produção, passaram a valorizar suas terras através da utilização das famílias não-proprietárias, que recebiam pequenas parcelas de terras em troca de pagamento de renda, desenvolvendo, com isso, as relações de parcerias e/ou de pequenos arrendamentos. Assim, essas relações passaram de uma participação de menos de 5% em 1950 para mais de 50% em 1970

Essas relações formaram o chamado latifúndio, que para nós é definido como uma unidade produtiva de baixa produtividade por causa da utilização de técnicas rudimentares, contendo, portanto, relações de trabalho de subordinação entre o proprietário e as diversas famílias que são obrigadas a pagar renda e trabalhar nas tarefas da unidade latifundiária, seja no manejo do gado, na construção de cercas e outras benfeitorias, atividades de plantio e colheita, trabalhos caseiros e outros.

As unidades produtivas de subsistência foram formadas por famílias proprietárias (ou contendo apenas a posse de terras devolutas) de pequenas parcelas de terra (até 5 ha) que trabalhavam em condições precárias e baixo nível tecnológico, dependentes de bom tempo, cuja produção, devido a baixa produtividade, era, em sua maior parte, consumida pela própria família. O excedente vendido era pouco significativo, o qual representava apenas um complemento de subsistência, servindo para a compra de outros bens necessários ao consumo diário.

A formação deste sistema era portanto o mais racional considerando as condições pre-existentes de baixo nível tecnológico, a não existência de um mercado de trabalho, a distância de centros consumidores, a baixa fertilidade das terras e a quase inexistência de integração interna com outras atividades econômicas, sobretudo industriais. Essa situação veio intensificar ainda mais a condição de atraso da economia estadual, dentro do contexto nacional.

Finalmente, a partir de meados dos anos 70, inicia-se um novo ciclo econômico da agropecuária piauiense, o qual pode ser chamada de "modernização conservadora", pois representa a integração com o processo nacional de introdução de insumos modernos no

campo, que é a formação do complexo agro-industrial brasileiro. O Piauí integra-se nesse processo através dos programas governamentais patrocinados pelo governo federal (incentivos fiscais e financeiros) e o financiamento de instituições internacionais (BIRD e BID).

Surgiram programas para financiar grandes empresas como o Finor-Agropecuário, os programas de reflorestamento e de irrigação (Pro-Várzeas e outros). Para os pequenos produtores aparece o Polonordeste com amplo programa que financiava sobretudo obras de infra-estrutura como estradas, eletrificação, escolas, hospitais, crédito, assistência técnica e outros.

Esses programas foram implantados praticamente num vazio econômico, onde inexistia um mercado de trabalho, os agricultores eram despreparados por falta de programas de treinamento e por causa do grande índice de analfabetos no campo e, sobretudo por falta de um planejamento econômico global por parte dos governos estadual e municipais.

**"Esses produtores detinham apenas 1,3% das terras apropriadas, enquanto que os produtores proprietários detinham 92,9% das terras apropriadas."**

Além disso, em virtude da correlação de forças políticas desigual, mesmo os programas dirigidos aos pequenos produtores foram apropriados pelos grandes proprietários. O resultado não poderia ser positivo. A pobreza no campo aumentou, foi acelerado o processo migratório, as empresas financiadas, em sua grande parte, desviaram recursos para outras atividades, foram intensificados os mecanismos de concentração da terra e da riqueza no campo. As unidades produtivas modernizadas e integradas ao mercado não ultrapassaram 15% das unidades produtivas no campo.

Por isso, até hoje ainda predominam as unidades arcaicas formadas no ciclo anterior.

Vale a pena mostrar alguns dados referentes ao ano de 1995, registrados no Censo Agropecuário do IBGE. Em 1995 existiam cerca de 208.111 estabelecimentos, dos quais 83.200 (40%) eram de parceiros e arrendatários, o que mostra a forte presença do latifúndio.

Esses produtores detinham apenas 1,3% das terras apropriadas, enquanto que os produtores proprietários detinham 92,9% das terras apropriadas. Em termos de utilização de insumos modernos, apenas 1,7% das unidades possuíam assistência técnica, 4% usavam adubos e corretivos, 0,7% utilizavam práticas de conservação de solos, 2,4% utilizavam irrigação, 41,4% usavam procedimentos de controle de pragas e doenças.

Outros indicadores referentes a modernização, mostram que cerca de 7,5% da força de trabalho utilizada são de empregados. Em 1975, o IBGE registrou apenas cinco (5) produtores de soja, 546 de tomate, 7.728 de banana, 2.847 de cana-de-açúcar, 80 de café e 5.267 de laranja.

As exportações do Piauí em 1998 giraram em torno de 53 milhões de dólares, onde os produtos agrícolas participaram com cerca de 87%. Fato que mostra avanços importantes na agropecuária piauiense nesta sua fase mais modernizada. No entanto, ainda prevalecem as unidades arcaicas, determinando um setor ainda atrasado.

Parece claro que ações isoladas em favor do setor não vem dando resultado. É necessário, pois, uma ação planejada que contemple as atividades econômicas como um todo, procurando-se integrar a agricultura com a indústria e os serviços, principalmente com a estratégia de criação de pólos agro-industriais em várias regiões do Estado●

\*William Jorge Bandeira é professor do Departamento de Economia da UFPI e Consultor da WJB - Consultoria & Projetos Ltda. Doutor em Economia pela UNICAMP.